

Resenha bibliográfica 3

Economia Mexicana

Economia Mexicana. México, D. F., CIDE, número 3, 1981, 278 p.; e número 4, 1982, 196 p.

MARIO FERREIRA PRESSER *

Economia Mexicana é uma publicação anual do Departamento de Economia do Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), cujo propósito é a análise do comportamento da economia mexicana e de suas perspectivas. Um par de motivos justificam essa resenha. O primeiro, o mais evidente, é o interesse despertado pela atual crise da economia mexicana, sem dúvida a mais profunda de sua história recente. O segundo é a mudança efetuada no diagnóstico do caráter dessa crise pela equipe de economistas do CIDE.

Nessa resenha será dado destaque à seção principal dessa publicação, intitulada "Evolução recente e perspectivas da economia mexicana", de responsabilidade coletiva da equipe de economia mexicana do CIDE. Referências aos demais artigos constantes dessa publicação serão feitas apenas na medida em que se remetam à análise apresentada na seção principal.

O CIDE é a instituição mexicana de investigação econômica mais identificada com a tradição nekeynesiana (Cambridge, Inglaterra) e com a tradição do pensamento crítico latino-americano, particular-

* Do Departamento de Economia da UNICAMP.

mente com aquelas correntes que desenvolveram nos anos 70 uma teoria da acumulação capitalista específica para nossos países.¹

O diagnóstico do caráter da crise econômica mexicana apresentado pelo CIDE em 1981 refletia uma longa ligação com o Departamento de Economia Aplicada da Universidade de Cambridge, Inglaterra. Particularmente, era visível a influência de acadêmicos associados com o Cambridge Economic Policy Group (CEPG).²

Seria importante ressaltar que a influência do CEPG não se fazia sentir apenas sobre o CIDE, mas também, e daí sua importância, sobre a Secretaria de Patrimônio e Fomento Industrial (SEPAFIN), encarregada de elaborar o "Plano Nacional de Desenvolvimento Industrial, 1979-82". Por sua vez, o CIDE também mantinha estreitas ligações com a SEPAFIN.

As idéias do CEPG e dos economistas mexicanos associados com Cambridge para a economia mexicana contrapunham, à desaceleração do crescimento da economia e do comércio internacionais, uma nova etapa de crescimento endógeno baseada na recém-descoberta riqueza petrolífera.³

Essas idéias não eram dominantes no aparato estatal mexicano. No seio da tecnocracia haviam dois diagnósticos concorrentes e contraditórios sobre as ineficiências micro e macroeconômicas do aparato industrial. O primeiro, de caráter neoliberal, associava essas ineficiências ao excessivo protecionismo proporcionado à indústria pelo desenvolvimento anterior, o qual explicaria a deficiente competitividade internacional dos produtos manufaturados. Para esse diagnós-

¹ A título de ilustração, foi quando se encontrava junto ao CIDE que Maria da Conceição Tavares escreveu seu trabalho seminal: *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Tese de Livre-Docência, mimeo, Rio de Janeiro, UFRJ, 1975.

² Para as principais idéias do CEPG, ver Mario Ferreira Presser, "Cambridge Economic Policy Review", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 12(1):273-84, abr. 1982.

³ Essas idéias apresentam-se expostas com maior clareza no "Plan Nacional de Desarrollo Industrial, 1979-82", publicado em Secretaría de Programación y Presupuesto, *Legislación y Documentos Básicos, 1976-82*, Vol. II, pp. 223-362, México, D. F., 1982.

tico, impunha-se uma maior abertura externa para a economia mexicana. O segundo, de caráter nacional-popular, associava essas ineficiências à falta de um núcleo tecnológico endógeno, mais especificamente à ausência do setor de bens de capital. Para esse diagnóstico, a falta de integração da indústria nacional desviava os efeitos multiplicadores do gasto público e da inversão privada para o exterior sob a forma de importações, gerando uma situação de crise permanente no balanço de pagamentos. O compromisso possível atingido pelas diferentes frações da tecnocracia foi o de implementar uma política de crescimento acelerado, com ênfase na geração de empregos, na internalização de certos setores estratégicos e na promoção da exportação de manufaturados, mas dentro de um quadro de política fiscal, monetária e cambial de corte neoliberal. Assim, os setores nacionalistas ficaram responsáveis pela política industrial e os setores neoliberais conservaram suas posições nas instituições responsáveis pelas políticas monetária, fiscal e cambial.

O diagnóstico da industrialização mexicana apresentado no “Plano Industrial” apontava o desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos e a disponibilidade de créditos externos como os principais determinantes do comportamento da economia mexicana nos anos 70. As pressões recorrentes sobre as contas externas haviam levado a um crescimento econômico descontínuo e mais lento, comparado ao dos anos 60. No caso mexicano, a oportunidade histórica de superar esse desempenho econômico insatisfatório apresentava-se com os excedentes a serem derivados da exportação de petróleo, rompendo assim a restrição externa.

A estratégia preconizada no “Plano Industrial” tencionava dar à economia um maior grau de autodeterminação, mediante um ambicioso programa de investimentos em bens de capital e intermediários. A dependência do petróleo como fonte de divisas seria superada pela exportação de manufaturados, entre os quais os subprodutos petroquímicos seriam os mais dinâmicos. Ao mesmo tempo, tencionava-se fortalecer a posição financeira do Estado, dando-lhe uma capacidade de liderança de que antes carecia. Em suma, se quisermos realizar uma comparação com a nossa experiência, era proposto para a economia mexicana algo muito semelhante ao que preconizava o II PND brasileiro.

Como no II PND, o tom do “Plano Industrial” era francamente otimista. Postulava-se como possível manter taxas anuais de crescimento do produto nacional da ordem de 9 a 10% no longo prazo. O México tornava-se, assim, o candidato natural a ser um novo Japão. O raciocínio implícito, e expresso com frequência extra-oficialmente, era de que o Japão havia conseguido seu milagre econômico sustentando elevadas taxas de crescimento por um longo prazo, a partir de uma base industrial considerada inferior ou similar e sem o bônus do petróleo.

Outra característica importante do “Plano Industrial” é que adotava a variante indiana ou soviética para a estratégia de acumulação, sem dúvida devido à influência cambridgeana. Como é sabido, essa variante concede prioridade fundamental à industrialização pesada no curto prazo, postergando aumentos significativos do consumo básico e de gastos em infra-estrutura social. O “Plano Industrial” não fazia segredo disso: “Se fosse propiciado um crescimento demasiado rápido do consumo básico e do gasto em infra-estrutura social, correr-se-ia o risco de que surgissem estrangulamentos produtivos que terminariam limitando a capacidade de crescimento da economia. O consequente aumento da demanda se traduziria, depois de ser alcançado certo limite de produção, em tal quantidade de importações que se violaria a restrição imposta pelos critérios do balanço de pagamentos. A partir desse ponto, o consumo, ainda que houvesse superado o seu nível anterior, teria deixado de aumentar. Logo, existe um conflito entre os objetivos de aumentar o consumo no curto e longo prazos.”⁴

Finalmente, e também à semelhança do II PND, caberia ao Estado o maior esforço de inversão e a coordenação dos demais agentes econômicos, dentro de um modelo de planejamento indicativo. Porém, o Estado concentraria sua inversão em infra-estrutura e nos ramos industriais nos quais já estivesse presente, esperando-se que o setor privado cumprisse seu papel complementar na inversão no resto do aparato produtivo.

Ao final de 1981, já era patente que as projeções do “Plano Industrial” não se concretizariam em inúmeros aspectos. Dado o pró-

⁴ *Ibid.*, p. 244.

prio diagnóstico que o informava, o mais preocupante era o fato de que a dependência externa havia aumentado de maneira completamente imprevista. De acordo com as projeções, o *deficit* em conta corrente não seria em ano algum superior a 2% do PIB, sendo inclusive previstos diminutos saldos positivos em 1981 e 1982. Ora, o *deficit* em conta corrente previsto para 1980 havia sido de US\$ 800 milhões e o *deficit* real era de US\$ 6,5 bilhões.

Diante de tamanha discrepância, boa parte da análise do CIDE (*Economia Mexicana*, 3, 1981) tentava explicar o crescente desequilíbrio externo que provinha da acelerada deterioração das contas externas dos setores não vinculados à exploração e processamento do petróleo. Com efeito, o *deficit* em conta corrente desses setores havia passado de US\$ 2,45 bilhões em 1977 para US\$ 16,6 bilhões em 1980. A principal contribuição a esse aumento era dada pelo *deficit* comercial industrial (70% desse aumento). As importações de manufaturados haviam crescido a uma taxa média anual de 31,5% entre 1977 e 1980. Ademais, esse *deficit* havia aumentado apesar do fato de o México ter alcançado, graças ao petróleo, a maior taxa de crescimento em valor das exportações entre todos os países do mundo entre 1976 e 1980.

Ao analisar as causas do considerável aumento das importações no período 1977/80, já notava-se uma *nuance* entre os cambridgeanos (ver o artigo de Ajit Singh e John Eatwell nesse número, pp. 253-78) e a equipe do CIDE. Os cambridgeanos atribuíam o desequilíbrio à política comercial mais liberal seguida durante o período. Efetivamente, em alguns produtos as autorizações administrativas para importar haviam sido substituídas por tarifas, e tal substituição usualmente resulta mais permissiva às importações. No entanto, esta conclusão baseava-se muito mais em uma metodologia pouco apropriada para medir as contribuições ao crescimento das importações de três fatores: a influência da taxa de crescimento da demanda agregada, a influência de mudanças estruturais (maior expansão relativa dos setores com maiores coeficientes de importação) e a influência de penetração de importações. Qualquer mudança nos coeficientes setoriais de importação era atribuída a essa última influência. O problema é que tal procedimento metodológico torna-se impróprio em uma economia que tem incompleta a estrutura industrial, já que

tende a atribuir qualquer aumento dos coeficientes de importação à política comercial. Isso porque um aumento durante o auge das importações de bens de capital e intermediários sem similares nacionais, já que esses setores não foram internalizados em suficiente extensão na economia mexicana, seria computado como "penetração de importações".

A equipe de economia mexicana do CIDE havia verificado que a liberalização da política comercial poderia explicar apenas 14% do aumento das importações industriais entre 1977 e 1980 (ver o artigo de Claudia Schatan nesse número, pp. 79-108). Assim, associaram o crescimento das importações industriais com a fase fortemente expansiva do ciclo, reconhecendo que as elasticidades de crescimento das importações de produtos intermediários e de bens de capital seriam pró-cíclicas. Porém, essa associação entre o *deficit* comercial e o auge, ou seja, com a própria política industrial, não seria aprofundada em todas as suas conseqüências.

Além da maior dependência externa, dois outros graves problemas eram discutidos na análise do CIDE em 1981: a crescente inflação e a deterioração das finanças públicas. A inflação havia passado de 16,2% em 1978 para 29,8% em 1980. Os fatores inflacionários externos (via preços das importações) foram considerados pelo CIDE pouco significativos no surto inflacionário recente. A meu juízo, creio que essa conclusão foi um pouco apressada. Justifico: no período 1971/76, os preços ao consumidor nos Estados Unidos tiveram uma taxa média anual de crescimento inferior a 7%; em 1980, essa cifra foi de 13,8%. A influência no nível da inflação mexicana de tal aumento no nível de preços americanos creio estar subestimada na análise do CIDE, dada a elevada dependência da economia mexicana em relação ao mercado americano.

De qualquer maneira, os fatores inflacionários internos foram predominantes, como bem argumentou o CIDE. Dentre os fatores inflacionários internos, foram destacados dois: os aumentos nos custos financeiros das empresas industriais e o estabelecimento de um imposto sobre o valor agregado dos produtos manufaturados da ordem de 10%.

De acordo com a tradição cambridgeana, o CIDE tende a rechaçar a proposição de que o nível da demanda agregada influencia o nível

de preços. Assim, a hipótese de preços normais é postulada como a mais adequada para representar a formação dos preços industriais.⁵ Creio que existem alguns problemas quando se importa essa hipótese, altamente adequada à economia inglesa, para explicar a formação dos preços industriais em nossas economias. Uma primeira objeção é que a comprovação empírica dessa hipótese, para o caso mexicano, foi efetuada a um nível demasiadamente agregado (o setor manufatureiro) e como tal não é necessariamente válida para indústrias isoladas. Pode simplesmente refletir um movimento compensatório em cada fase do ciclo econômico, onde determinadas indústrias aumentam e outras diminuem as margens de lucro. Parece já haver evidência de que em períodos de auge e intensa modernização os setores de bens de consumo não-duráveis tendem a aumentar suas margens de lucro em nossas economias, o que ainda pode ser composto por movimento similar do setor comercial. As pressões inflacionárias dessa oscilação dos preços relativos não devem ser desprezadas. Outra objeção é que inúmeros insumos industriais elaborados e semi-elaborados são importados. A formação dos preços internos desses insumos, durante um auge, pode afastar-se dos preços internacionais (ao contrário do que postulam os economistas neoliberais), dado o caráter monopolista ou oligopolista dos fornecedores no mercado interno. Logo, esses insumos podem ser sensíveis ao nível da demanda agregada interna e gerar pressões inflacionárias, se não controlada a sua comercialização.

A tradição cambridgeana tende também a menosprezar os efeitos inflacionários da demanda agregada sobre a formação dos preços das matérias-primas e alimentos, uma vez que a economia inglesa é altamente dependente de importações desses itens e seus preços estão determinados bem mais pelas condições internacionais do que as internas. Isso já não é válido para nossas economias, onde a produção de matérias-primas e alimentos está internalizada e os efeitos inflacionários de uma inelasticidade da oferta desses itens podem ser consideráveis. Assim, existem evidências de pressões altistas nos

⁵ A comprovação empírica da hipótese dos preços normais para o setor manufatureiro mexicano foi efetuada pela equipe do CIDE em *Economia Mexicana*, 1, 1979.

preços dos alimentos no auge recente que, mesmo sem ser totalmente transferidas aos salários, certamente elevaram o piso inflacionário. Em suma, a hipótese de que o nível da demanda agregada não influencia o nível de preços deve ser tomada com reservas para nossas economias, ainda mais se as taxas de crescimento global da economia forem superiores a 8%, como no recente auge mexicano.

Quanto ao crescente *deficit* do setor público, que em 1980 já seria da ordem de 7,5% do PIB, a análise do CIDE mostrava com acerto o impacto do fracasso da política antiinflacionária do governo sobre o mesmo. Com efeito, a política antiinflacionária durante o auge baseou-se em controle aos aumentos salariais, numa taxa cambial fixa e no reajuste defasado e por baixo da inflação real dos preços energéticos e demais insumos e serviços proporcionados pelo setor público. Assim, a própria estratégia antiinflacionária contribuía para aumentar os problemas de financiamento de um setor público em expansão acelerada. Não foi dada a atenção devida, na análise, aos efeitos cumulativos que a própria política de financiamento do gasto público (via endividamento externo e interno crescente) teria sobre o *deficit*. Por exemplo, ao renunciar a uma reforma fiscal profunda e criar o imposto sobre o valor adicionado numa tentativa de gerar receitas, o governo impulsionou a inflação, agravando ainda mais os problemas conjunturais do financiamento público.

No final de 1982, a crise econômica já estava instaurada em toda sua crueza e a todos surpreendia por sua severidade. Nessa conjuntura, o ponto de partida da análise do CIDE sobre o desempenho da economia mexicana em 1981 (*Economia Mexicana*, 4, 1982) foi uma comparação entre o projetado e o alcançado nesse ano. As metas de crescimento do produto, do investimento público e privado e do emprego haviam sido alcançadas e mesmo ultrapassadas. No entanto, a estabilidade econômica havia sido perdida. A inflação alcançava 29% ao ano, o *deficit* do setor público era de 14% do PIB e o *deficit* em conta corrente montava a 5% do PIB. Tal panorama forçou a equipe do CIDE a reconsiderar seu diagnóstico, afastando-se do paradigma cambridgeano e procurando as raízes da crise na especificidade da acumulação capitalista no México.

O grande passo nesse sentido foi o reconhecimento de que a política industrial havia sido insuficiente para provocar as mudanças

estruturais propostas. Na ausência de tais mudanças, teria sido a própria dinâmica interindustrial a principal responsável pelo movimento cíclico. Como tem sido enfatizado por Tavares,⁶ o reduzido peso absoluto e relativo dos setores líderes da expansão na produção total, em países semi-industrializados como o Brasil e o México, conjuntamente com a estrutura industrial incompleta que não permite o funcionamento pleno dos efeitos multiplicadores do investimento dos setores líderes sobre a totalidade da indústria, acaba por gerar uma insuficiência da demanda industrial corrente face ao crescimento da capacidade produtiva desses setores e associados. Assim, seriam os próprios mercados *internos* à indústria os responsáveis pelo ciclo, e não uma insuficiente demanda externa à indústria pelos bens de consumo final.

No tocante à dinâmica interindustrial, creio que a análise do CIDE ainda tende a privilegiar a debilidade dos efeitos multiplicadores gerados pelo gasto público e pela inversão privada sobre o aparato produtivo nacional, devido ao seu desvio para o exterior sob a forma de importações. Creio que uma análise que ponha ênfase nos enormes efeitos aceleradores que a inversão pública e privada produziu sobre os setores líderes proporcionaria um melhor entendimento dos problemas de realização dinâmica desses setores, e explicaria mais adequadamente tanto a intensidade quanto a duração do auge recente.

No tocante ao *deficit* em conta corrente, a mudança no diagnóstico do caráter da crise levou a que se destacasse que o comportamento dos setores líderes da acumulação e a modernização e ampliação da capacidade produtiva em outros setores, induzidas pelo auge, seriam os principais responsáveis pelo desequilíbrio crescente na balança comercial. Por outro lado, a política de financiamento desse auge, pública e privada, mediante maciço endividamento externo, já havia colocado em primeiro plano o serviço da dívida como o fator de desequilíbrio externo *par excellence*.

A análise do desempenho da economia mexicana efetuada pelo CIDE em 1982 rompeu com a tradição cambridgeana de focar

⁶ Maria da Conceição Tavares, *op. cit.*

o comportamento dos agregados macroeconômicos e colocou a ênfase na *composição dos investimentos* para explicar o movimento cíclico (ver artigo de José Casar nesse número, pp. 77-97). Como consequência lógica dessa nova ênfase, renovou-se o interesse nos *determinantes do investimento*.

Para analisar os determinantes do investimento é necessário abandonar o marco macroeconômico e concentrar-se no comportamento dos agentes responsáveis pelo investimento, ou seja, as empresas públicas, as transnacionais e as nacionais de capital privado. A elucidação do comportamento dessas empresas só será possível se entendidas as *estruturas de mercado* em que elas atuam, isto é, as regras da concorrência capitalista que vigoram nos diferentes mercados industriais. Ademais, o que distingue a tradição estruturalista não é tanto a análise do comportamento individual dos agentes econômicos, mas sobretudo das relações que são mantidas entre eles. Como o articulador desses interesses é o *Estado*, por intermédio de sua política econômica, a análise política necessariamente entra no cenário.

Uma análise inicial do comportamento dos agentes econômicos e de suas relações durante o auge foi apresentada para as grandes empresas (ver artigo de Eduardo Jacobs e Wilson Perez nesse número, pp. 99-113). As grandes empresas públicas, principalmente a Petróleos Mexicanos (PEMEX) e a Comissão Federal de Eletricidade (CFE), tinham sido escolhidas como o principal suporte do "Plano Industrial", tanto pela sua capacidade de geração de divisas como pelo seu poder de compra. No entanto, ambas as empresas, principalmente a PEMEX, que representa cerca de 50% da produção industrial estatal e seria responsável por cerca de 63% do investimento das empresas estatais para 1979/82 segundo o "Plano Industrial", assumiram um comportamento muito mais autônomo do que o previsto. Verificou-se, uma vez mais, a famosa síndrome de privatização no comportamento da empresa pública, nesse caso maximizando o próprio crescimento no período e não utilizando devidamente seu poder de compra para fomentar a formação de capital nos novos setores estratégicos previstos.

Por outro lado, as grandes empresas privadas, nacionais e estrangeiras, aproveitaram os maciços incentivos à expansão da capacidade

produtiva para consolidar o controle dos mercados onde já estavam instaladas, desinteressando-se do papel pioneiro nos novos setores estratégicos que lhes era reservado pelo "Plano Industrial". Assim, esses setores estratégicos não tiveram a dinâmica esperada, e a desejada maior integração interna da indústria mexicana transformou-se em maior dependência externa. Outra área em que o comportamento das grandes empresas privadas não cumpriu com as expectativas do "Plano Industrial" foi a de exportação de manufaturados, que tiveram um comportamento medíocre entre 1976 e 1980, comparado ao alcançado entre 1970 e 1975 (ver artigo de Mario Dehesa nesse número, pp. 137-55).

A conclusão inevitável é que o Estado mexicano foi incapaz de articular os interesses dos diferentes blocos de grandes empresas de forma a sustentar o crescimento acelerado. Revelou que podia exercer um direito de veto sobre a direção do desenvolvimento econômico, mas não comandá-lo como ingenuamente supunham os proponentes do "Plano Industrial".

No tocante ao *deficit* público e à inflação, a debilidade política do Estado mexicano devido à cisão da tecnocracia aparecia como o fator explicativo fundamental. A política econômica do período 1978/81 tinha como eixo central as políticas monetária e cambial. Ao longo desse período os instrumentos tradicionais de política monetária haviam perdido sua eficácia (ver o artigo de Alejandro Vázquez nesse número, pp. 25-45). A política fiscal, dada a recusa governamental em promover uma adequada reforma fiscal, baseou-se nos impostos sobre transações de bens e serviços. Mais da metade da parcela correspondente a esses impostos era gerada pelas transações internacionais da PEMEX. Dada a conjuntura do mercado do petróleo em 1981, a elasticidade tributária foi insuficiente para cobrir o crescente gasto público, conduzindo o Estado a uma crise financeira de grandes proporções.

A crise financeira do Estado foi agravada pela insistência em levar a cabo uma política cambial apropriada a uma moeda forte, com livre conversibilidade da moeda nacional em dólares. A análise do CIDE da crise financeira mostrou a criação progressiva de duas esferas de circulação, cada uma com a sua moeda, no interior do sistema financeiro nacional (ver artigo de Maria Elena Cardero e

José Manuel Quijano nesse número, pp. 169-96). O circuito da moeda financeira, hegemônica, havia-se dolarizado. Em princípio de 1982, 50% dos depósitos bancários totais e 69% dos depósitos bancários que rendiam juros eram denominados em dólares. A erosão da política monetária tradicional, com a resultante inflação, conspirava contra a moeda nacional. Como defesa contra a progressiva dolarização e “desintermediação” do sistema financeiro nacional, o Estado recorreu em 1981 a uma política de minidesvalorizações e de aumentos da taxa de juros. As pressões inflacionárias e especulativas originadas por essas medidas defensivas acabaram por comprometer definitivamente o esquema de financiamento do gasto público. A volátil confiança dos investidores na capacidade do Estado de manter as regras do jogo cambial foi abalada, e verificou-se uma formidável fuga de capitais (calculada em mais de US\$ 22 bilhões durante 1981/82). A desvalorização de fevereiro de 1982 (o peso desvalorizou-se em mais de 60% em uma semana), quando as reservas internacionais do país já estavam praticamente esgotadas, estreitou a margem de manobra da política econômica. Volta, então, o figurino ortodoxo de contenção da espiral inflacionária via recessão. O fracasso da tentativa ortodoxa, num ambiente dominado pela especulação financeira e fuga de capitais, forçou o Estado mexicano a uma mudança radical nas regras do jogo: em 1.º de setembro de 1982 foi estatizado o sistema financeiro nacional e estabelecido o controle integral de câmbios. Esses dois eventos marcam o fim do “milagre” mexicano.

Claro está que a profundidade da crise atual só pode ser explicada pela infeliz combinação de uma política industrial ambiciosa com uma política econômica permissiva. Seria ridículo querer imputar aos tecnocratas nacionalistas a responsabilidade única pela crise, como tentam no momento os tecnocratas ligados às posições neoliberais. Mesmo assim, creio que seria pertinente uma detalhada revisão crítica dos pressupostos teóricos e políticos que informaram a elaboração do “Plano Industrial”. Deixo para pessoas melhor qualificadas os pressupostos políticos, mas gostaria de encerrar a resenha com a crítica sumária de dois pressupostos teóricos dos economistas mexicanos ligados a Cambridge.

A primeira hipótese subjacente ao “Plano Industrial” que deveria ser criticada novamente quando indevidamente importada para nossas economias é a de que fortes pressões pelo lado da demanda, devidamente contidas por uma política protecionista, acabarão por gerar a oferta correspondente. Essa é uma hipótese básica no corpo teórico cambridgeano. No entanto, quando transportada para nossas economias, principalmente para os setores em que a substituição de importações foi incompleta, creio tornar-se inadequada. Subestima tanto os requisitos tecnológicos quanto a especial articulação entre Estado e iniciativa privada, principalmente empresas transnacionais, necessários para a internalização desses setores estratégicos. Baseado nessa pressuposição cambridgeana, o “Plano Industrial” revelou-se na prática excessivamente otimista quanto às possibilidades de substituição de importações no médio prazo nesses setores.

A segunda hipótese do “Plano Industrial”, essa explícita, que deveria ser criticada é a de que o crescimento econômico acelerado, ao ser acompanhado de uma dinâmica criação de empregos, constitui-se numa estratégia suficiente para redistribuir a renda em nossas economias.

No caso específico do “Plano Industrial”, a adoção da variante indiana para a estratégia de acumulação propositalmente adiava o atendimento de demandas sociais básicas relegadas pelo desenvolvimento anterior. Ora, o México é um país cuja renda *per capita* é várias vezes superior à indiana. Não pode ser postulada para o caso mexicano nenhuma necessidade *técnica* de adiar o consumo social básico. A excessiva ênfase na industrialização pesada desviou a atenção dos setores mais progressistas da tecnocracia mexicana do atendimento imediato dessas demandas sociais. Ao fracassar a industrialização pesada, pouco se legou às grandes maiorias. No meu entender, essa foi a tragédia do “milagre” mexicano.

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05

CDU 33(81) (05)

